



**BANCADA PARLAMENTAR**

**DISCURSO DE ABERTURA DA 3ª SESSÃO DA 7ª  
LEGISLATURA**

**SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,**

**SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DA  
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,**

**SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO DO GOVERNO DE  
MOÇAMBIQUE,**

**SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS,**

**SENHORES MINISTROS,**

**SENHORES VICE MINISTROS,**

**DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E  
RELIGIOSAS,**

**SENHORES MEMBROS DIRIGENTES DOS ÓRGÃOS JUDICIAIS  
DE MOÇAMBIQUE,**

**SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE  
DE MAPUTO,**

**SENHORA GOVERNADORA DA CIDADE DE MAPUTO,**

**SENHORES REPRESENTANTES DE PARTIDOS POLITICOS,**

**SENHORES MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO,**

**SENHORES MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,**

**CAROS CONVIDADOS,**

**MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,**

**EXCELÊNCIAS,**

Iniciamos a presente Sessão numa altura em que os países do norte da Africa e médio oriente vivem uma atmosfera de auto afirmação exigindo mais liberdades, boa governação e partilha justa dos rendimentos. As manifestações populares foram escolhidas como a forma mais adequada e eficaz desta luta, e obviamente as teorias da guerrilha, a luta armada popular, organizações político-militares ou golpes de Estado deixam de ser os mecanismos convincentes para combater os regimes arrogantes e anti populares. As lutas pela liberdade já não podem ser traçadas a curto, médio ou longo prazos.

São exigências quotidianas em Estados de Direito e Democracia. Os povos, além da satisfação das suas necessidades básicas, querem liberdade de pensar e agir de acordo com as suas consciências; não querem ser submetidos às sevícias e aos apetites de um grupo de indivíduos ou partidos. E acreditam na alternância governativa, democrática e liberdade como a melhor forma de estar numa sociedade.

Qualquer regime e os seus seguidores que não respeitarem as regras democráticas, e desvalorizar a memória colectiva do seu povo, obrigando aos seus concidadãos a aderir mecanicamente aos seus ideais, terá o mesmo fim dos regimes da Tunísia e Egipto, ou se conduzirão a uma situação típica à da Líbia.

A ausência de tolerância política, a falta de liberdades de associação e reunião; a falta de partilha das riquezas nacionais; incapacidade das famílias com rendas baixas para fazer face ao custo da vida; ausência de enquadramento de jovens recém formados no mercado de emprego; e a manipulação permanente das consciências de cidadãos foram factores determinantes que motivaram as populações a manifestarem-se com a finalidade de alterar a ordem política.

Estes acontecimentos não devem ser ignorados.

Bem-haja os povos amantes da democracia e liberdade!

Excelências,

Ao nível nacional iniciamos o ano 2011 com o prenúncio de dificuldades de várias ordens. Algumas delas derivam da ausência de políticas capazes de promover os intervenientes para dinamizar a mitigação dos problemas que se fazem sentir nos vários sectores da vida nacional.

A actuação intervencionista do governo central como parte interessada nos negócios e gestão de capitais tem, de certa maneira, marginalizado o sector privado nacional, prejudicando a competitividade no mercado nacional.

Continuamos a pensar que o governo deve concentrar-se na aplicação de leis e em assegurar que os intervenientes cumpram as suas obrigações com o Estado, preocupando-se com questões de Responsabilidade Social.

A situação vivida na Vila de Manhiça, na Província de Maputo, concretamente no Bairro de Nwakakana é uma amostra real de como o governo abandona suas responsabilidades sociais, e em vez dialogar com as populações, promovem acções de retirá-las de terras em que viveram durante anos para acomodar interesses de desconhecidos usando meios de força e intimidação, ou chegando ao extremo de mandar prender cidadãos por defenderem os seus bens construídos nessas terras.

Mais uma vez chamamos atenção às entidades da justiça a viverem este caso da Vila de Manhiça que requer uma solução mais justa e transparente.

Esta situação está a ter lugar a 80 quilómetros da Sede do Governo Central. Imaginemos, então, os desmandos deste género a ter lugar nas outras zonas, fora deste raio em que raramente a imprensa tem acesso!

Assim, renovamos o nosso apelo para que se encontre uma solução que vá de encontro às aspirações dos moradores de Nwakakana que durante anos construíram seus sonhos para melhorar suas vidas e ter acesso a água e energia; e a libertação incondicional dos cidadãos presos por não concordarem com a imposição das autoridades de lhes retirar a terra.

Excelências,

Temos estado atentos aos danos provocados pelas inundações e ciclones, e a partir deste pódio queremos manifestar a nossa solidariedade para com os nossos compatriotas que foram vítimas destas calamidades naturais.

Urge a criação de uma capacidade para gestão adequada e profissionalizada dos nossos rios associada a uma política de conservação de águas.

Também continuamos preocupados com a situação em que se encontram os nossos concidadãos em lugar incerto, presume-se, nas terras de Somália. Concidadãos nossos, que faziam parte da tripulação da embarcação de pesca Vega 5, propriedade da Empresa Pescamar, sequestrada por piratas somalis em águas territoriais moçambicanas.

Neste momento difícil a Bancada Parlamentar do MDM manifesta a sua solidariedade com os familiares, solidariedade esta que se estende aos familiares dos tripulantes de nacionalidade Espanhola e Indonésia.

Aguardamos que o Governo de Moçambique informe aos moçambicanos através da Assembleia da República, o que está sendo feito para a libertação dos tripulantes da embarcação Vega 5, e para o redobrar das medidas de segurança e protecção da costa marítima moçambicana, por forma a que os piratas somalis ou quaisquer outros violem as águas moçambicanas ou sequestrarem embarcações, pois numa das sessões plenárias havidas nesta casa do Povo foi nos garantida a existência de satélites e mecanismos postos para proteger e garantir a segurança da nossa costa.

Com os últimos acontecimentos, concluímos que esta garantia foi dada, apenas para ignorar a pergunta da Bancada Parlamentar do MDM quando

esta questionou ao governo sobre as violações sistemáticas da costa marítima moçambicana.

Excelências,

Esperamos que o ano de 2011 seja um ano em que os gestores da coisa pública terão a consciência de que passos decisivos devem ser dados para corrigir a situação dúbia na concessão da exploração dos nossos recursos naturais e minerais e de encontrar uma plataforma para que os Mega projectos em curso participem significativamente no fortalecimento das receitas públicas cumprindo na íntegra a política fiscal.

Com a situação mundial que se vive hoje, não se deve permitir o empobrecimento do país, enquanto se exportam milhões e milhões de dólares norte americanos sem nenhum benefício para o país.

Por isso, a Bancada Parlamentar do MDM manter-se-á firme na sua posição de que o Governo, como entidade responsável, deve renegociar as concessões dadas aos mega projectos para inverter a situação em benefício das receitas públicas. A renegociação é um imperativo nacional e factor conducente a um desenvolvimento harmonioso.

Continuamos preocupados com a situação dos transportes públicos urbanos. Com a ausência de uma estratégia nacional com prazos pré estabelecidos, as medidas que se tomam nesta área são de carácter pontual criando outros problemas. O País precisa de soluções integradas para a área de transportes públicos urbanos, envolvendo os sectores, público e privado, definindo as linhas de actuação e responsabilidades. Obviamente o Estado deve continuar a assumir a responsabilidade de garantir infra-estruturas à altura das exigências e da demanda do sector. As linhas de crédito devem tomar em conta a necessidade de baixar os juros. Juros altos prejudicam o cidadão utente dos serviços de transportes urbanos.

A gestão actual dos transportes públicos urbanos deve ser revista incluindo o mercado de importação dos autocarros, e uma maior atenção deve ser dada à periferia das cidades, onde nascem novos bairros e persiste o problema dos arruamentos e de estradas que não suportam autocarros com maiores dimensões.

A problemática da habitação continua a ser um problema sem solução adequada. A destruição de casas em construção nos arredores da cidade de Maputo, a uns metros da Sede do Governo central, remete-nos a uma análise profunda da política de habitação, do planeamento físico e da capacidade instalada para fiscalização.

Os jovens continuam a não beneficiar das facilidades necessárias e da atracção dos bancos comerciais para obter a sua primeira casa.

As promessas ainda não moveram o moinho!

Excelências,

O custo insuportável da vida dos moçambicanos continuará a ser associado com às políticas erradas na agricultura. A conjuntura internacional jamais estará sob o nosso controle, cada nação deve gerir o seu respectivo espaço geográfico e potenciar seus recursos naturais.

A maior parte dos produtos alimentares é importada. A política de comercialização dos produtos nacionais através da campanha de Made in Mozambique não tem estimulado a produção local em grande escala, para além de que não existem incentivos para o crescimento das pequenas e médias empresas agro-industriais.

Por falta de produção agrícola de grande escala, o país sujeita-se aos produtos alimentares importados de má qualidade. Os moçambicanos são obrigados a comer o arroz da terceira, tendo os Vales do Zambeze e Lipompo com uma capacidade de produzir arroz de primeira qualidade, para consumo interno e exportação.

Boa alimentação para um povo é a forma mais eficiente de combater doenças e de ter um povo saudável para o desenvolvimento do país. Moçambique tem potencial para produzir comida, e colocado no mercado poderá influenciar na redução do custo da vida.

Senhora Presidente da Assembleia da Republica,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Caros Convidados,

Excelências,

A Sessão III Ordinária da Assembleia da Republica, que inauguramos hoje tem uma agenda pré definida, com maior destaque para a Proposta de Lei do Estatuto do Combatente. A Bancada Parlamentar do MDM sempre defendeu um tratamento igual aos combatentes, e na discussão desta proposta defenderemos que o reconhecimento do Estatuto do Combatente não seja condicionado à militância partidária.

Continuaremos a participar activamente na Revisão do Pacote eleitoral. Cada dia que passa, cresce a consciência de que só uma lei eleitoral conducente a eleições livres no seu verdadeiro sentido de palavra garante a estabilidade socio-política.

Sobre a Revisão da Constituição da Republica continuamos sem o norte e as indicações dos parâmetros dos proponentes.

Para a presente Sessão, como Bancada Parlamentar, manifestamos a nossa disponibilidade em trabalhar para que sejam aprovadas leis que sirvam de alavanca para o desenvolvimento, inclusão e harmonia social.

Por ocasião da passagem do segundo aniversário da criação do Movimento Democrático de Moçambique no último dia 7 de Março felicitamos os membros, militantes e simpatizantes do MDM, pelo seu esforço, engajamento e determinação.

O surgimento do MDM e a conquista de assentos parlamentares quebraram a bipolarização parlamentar, conferindo-lhe o estatuto de terceira força política na Republica de Moçambique.

Assim, reafirmamos o nosso compromisso na luta para um Moçambique para todos.

Aos praticantes da religião Cristã queremos desejar um feliz início de Quaresma que hoje tem lugar.

Para finalizar queremos desejar aos Senhores Deputados bom trabalho nesta Sessão III.

Muito Obrigado pela atenção prestada.

9 de Novembro de 2011.

O Chefe da Bancada

Lutero C. Simango